

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PAPEL DO ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO NEURODIVERSO

Risoneide Ribeiro do Nascimento Santos<sup>1</sup>

Ricardo Ramos de Azevedo Lima Filho<sup>2</sup>

Jefferson Polari de Souza Filho<sup>3</sup>

## RESUMO

Nos últimos anos, tem-se debatido amplamente a implementação da Educação Inclusiva, especialmente no que diz respeito às políticas de inclusão e à garantia de uma educação de qualidade e igualitária para a sociedade com deficiência. A Educação Inclusiva surgiu com o objetivo de reestruturar o ambiente escolar e desenvolver novas abordagens de ensino. Nesse novo cenário inclusivo, surge a necessidade de incorporar um novo membro à comunidade escolar: o acompanhante terapêutico, também conhecido como mediador escolar. O acompanhante terapêutico tem a função de acompanhar o estudante com deficiência ao longo do ano letivo, intervindo em seu desenvolvimento, processo de aprendizagem, socialização, entre outros aspectos. Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar o atual contexto da educação inclusiva no Brasil, bem como o que é proposto pelos documentos e leis pertinentes; destacar a importância e o papel do acompanhante terapêutico no ambiente escolar e suas contribuições para o desenvolvimento da pessoa neurodiversa. Nosso método de pesquisa será fundamentado em referências bibliográficas e documentais. Reconhecemos a relevância do mediador escolar no processo de desenvolvimento e aprendizagem da pessoa com deficiência, e acreditamos que sua presença na escola é um passo significativo em direção à promoção da educação inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva, Ensino-aprendizagem, acompanhante.

---

<sup>1</sup> Mestre em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), [risoneideribeiroufcg@hotmail.com](mailto:risoneideribeiroufcg@hotmail.com)

<sup>2</sup> Pós-graduada Graduando em Neuroeducação e Educação Inclusiva da UNINASSAU– PB, [ricardoraamosf@gmail.com](mailto:ricardoraamosf@gmail.com)

<sup>3</sup> Especialista em Neuroreabilitação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), [to.compolari@gmail.com](mailto:to.compolari@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no contexto brasileiro tem avançado significativamente nos últimos anos, impulsionada por políticas públicas e marcos legais que visam garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, implementada em 2008, foi um passo crucial nessa direção, promovendo a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) fortaleceu o compromisso do país com a educação inclusiva, estabelecendo diretrizes para a adaptação do ambiente escolar, a formação de professores e a disponibilização de recursos de apoio, como atendentes terapêuticos. Essas medidas buscam criar um ambiente educacional acessível e acolhedor para todos os alunos.

No entanto, a implementação efetiva da educação inclusiva enfrenta desafios, como a necessidade de formação continuada para educadores, a adequação de infraestrutura escolar e a promoção de uma cultura inclusiva. Apesar desses obstáculos, os avanços têm sido significativos, com diversas iniciativas de inclusão sendo adotadas em escolas públicas e privadas por todo o país. A continuidade desses esforços é fundamental para assegurar que todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver plenamente suas potencialidades em um ambiente educacional inclusivo e equitativo.

Neste sentido, a inclusão escolar de alunos neurodiversos, que englobam condições como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outros, representa um desafio significativo para as instituições de ensino. Neste contexto, a presença de um acompanhante terapêutico (AT) tem se mostrado uma prática eficaz para auxiliar esses alunos, garantindo que suas necessidades específicas sejam atendidas e que possam participar plenamente do processo educacional.

Este artigo tem como objetivo explorar o papel do AT no ambiente escolar, suas funções específicas e os impactos de sua atuação na promoção de um ambiente educativo mais acessível e inclusivo. Justifica-se essa pesquisa pela crescente demanda por práticas inclusivas eficazes nas escolas e pela necessidade de se compreender melhor como o AT pode contribuir para o sucesso escolar de alunos neurodiversos.

Para atingir esses objetivos, realizamos uma revisão de literatura abrangente, analisando estudos contemporâneos e práticas atuais que evidenciam a importância desse profissional.

Os resultados desta pesquisa indicam que o AT desempenha um papel multifacetado. Além de acompanhar o aluno em suas atividades diárias, ele desenvolve estratégias individualizadas que atendem às necessidades específicas de cada aluno, promovendo um aprendizado mais eficaz. O AT também atua como um intermediário crucial entre o aluno, os professores e a equipe escolar, facilitando a comunicação e garantindo que as adaptações necessárias sejam implementadas de forma eficaz.

## **METODOLOGIA**

Para investigar o papel do acompanhante terapêutico (AT) no ensino-aprendizagem de alunos neurodiversos e sua contribuição para a educação inclusiva, foi adotada uma abordagem metodológica baseada em estudos bibliográficos e análise de artigos científicos.

A primeira etapa consiste na revisão bibliográfica. Foram selecionadas fontes de dados relevantes para o tema, incluindo artigos científicos publicados em revistas acadêmicas reconhecidas, teses e dissertações de programas de pós-graduação em educação e áreas afins, livros e capítulos de livros que abordam a educação inclusiva e o papel do AT. Os critérios para inclusão dos estudos foram publicações dos últimos 10 anos para garantir a atualidade dos dados, estudos que abordem diretamente o papel do AT em contextos de educação inclusiva, e pesquisas empíricas e teóricas que ofereçam dados sobre estratégias de ensino e impactos do AT.

Na etapa de análise dos dados, foram coletados e categorizados em temas principais, como funções e responsabilidades do AT, estratégias de ensino e intervenção, impacto do AT no desempenho acadêmico e social dos alunos neurodiversos, e desafios e barreiras enfrentadas pelos ATs. Foi realizado uma análise de conteúdo, e em seguida, organizados em categorias temáticas. Destacamos as práticas mais eficazes e as evidências dos impactos positivos do AT. Os resultados foram comparados com as práticas recomendadas na literatura existente sobre educação inclusiva, discutindo-se as similaridades e divergências encontradas, com ênfase nos contextos que favorecem a atuação eficaz do AT.

Para aumentar a validade dos resultados, realizamos a triangulação dos dados obtidos de diferentes fontes (artigos científicos, livros, e relatórios) e métodos (análise de conteúdo e revisão bibliográfica).

Neste sentido, a discussão final destaca as implicações práticas dos resultados para as políticas e práticas educacionais, além de sugestões para futuras pesquisas. A metodologia permitiu uma investigação abrangente do papel do acompanhante terapêutico na educação inclusiva de alunos neurodiversos, proporcionando uma base sólida para a elaboração de estratégias e políticas educacionais mais eficazes e inclusivas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Os documentos e leis brasileiras que tratam da educação inclusiva mencionam de forma direta ou indireta o papel dos profissionais de apoio, como o acompanhante terapêutico escolar. Embora não haja uma legislação específica para o "acompanhante terapêutico escolar", os documentos e normas existentes fornecem diretrizes sobre o suporte necessário para garantir a inclusão de alunos neurodiversos. Neste sentido, veremos a seguir o que dizem alguns dos principais documentos e leis:

Na Constituição Federal de 1988, no Art. 208, Inciso III: Garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, mas não especifica diretamente o papel do acompanhante terapêutico escolar. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996, no Art. 58, §1: Define que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, com serviços de apoio especializado. Ainda na LDB, no Art. 59, Inciso III: Assegura aos alunos com necessidades especiais, currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Isso implica a necessidade de apoio especializado, onde pode se enquadrar o acompanhante terapêutico.

Na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146/2015, no Art. 28, Inciso XIII: determina que o poder público deve garantir a oferta de profissionais de apoio escolar, que podem incluir cuidadores, intérpretes de Libras e outros profissionais necessários ao pleno acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ambiente escolar. Já no Art. 3º, Inciso X: define que o profissional de apoio escolar é aquele que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do aluno, bem como os procedimentos de cuidado de saúde em geral, sob orientação ou supervisão de um profissional da saúde, conforme a necessidade do aluno com deficiência.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), define em suas Diretrizes Gerais que a inclusão deve ser promovida por meio de apoio

pedagógico especializado, formação de professores e adaptação dos recursos didáticos. Enfatiza a necessidade de apoio especializado sem detalhar especificamente o papel do acompanhante terapêutico.

Tais documentos e leis citadas anteriormente, são alguns dos documentos brasileiros que reconhecem a importância de um sistema de apoio para alunos neurodiversos, que mencionam a necessidade de profissionais especializados que proporcionem assistência individualizada. O papel do acompanhante terapêutico escolar, embora não explicitamente detalhado em todas as legislações, é implícito na necessidade de garantir: apoio Individualizado: assistência nas atividades diárias e educativas, adaptadas às necessidades específicas de cada aluno; inclusão plena: facilitar a participação dos alunos em todas as atividades escolares, garantindo seu desenvolvimento acadêmico e social; colaboração multidisciplinar: trabalhar em conjunto com professores, equipe pedagógica e outros profissionais da saúde para oferecer um suporte integral aos alunos.

O atendente terapêutico escolar desempenha um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento e à inclusão de estudantes com necessidades especiais no ambiente escolar. Sua trajetória envolve formação específica, desenvolvimento de habilidades interpessoais e experiência prática (Pereira & Martins, 2017). Além disso, é relevante destacar que o atendente terapêutico é um profissional especializado que atua diretamente com o aluno neurodiverso, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar (Dias & Nascimento, 2018).

As funções do atendente terapêutico escolar incluem a assistência individualizada, oferecendo suporte personalizado e adaptando estratégias pedagógicas às necessidades do aluno, auxiliando na compreensão dos conteúdos e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais (Rodrigues & Lima, 2020). Além disso, ele facilita a comunicação entre o aluno, os professores e os colegas, promovendo um ambiente mais inclusivo e harmonioso (Mendes et al., 2021). O atendente terapêutico também observa o comportamento do aluno, identifica dificuldades e aplica intervenções terapêuticas que favoreçam a aprendizagem e a socialização (Costa & Ribeiro, 2020). Outro aspecto importante é a colaboração multidisciplinar, onde ele trabalha em conjunto com professores, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais, criando um plano de intervenção integrado e eficaz (Fernandes & Souza, 2018).

A presença do atendente terapêutico na escola traz benefícios significativos tanto para o aluno neurodiverso quanto para a comunidade escolar. Entre esses benefícios, destacam-se o aprimoramento acadêmico, com estudos indicando que a assistência do atendente terapêutico

pode levar a uma melhoria no desempenho acadêmico, pois as estratégias são adaptadas às necessidades específicas do aluno, tornando o aprendizado mais acessível e eficaz (Barros & Almeida, 2020). Além disso, o suporte constante do atendente terapêutico auxilia no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, essenciais para a integração do aluno no ambiente escolar (Gomes & Santos, 2019).

A colaboração com o atendente terapêutico oferece aos professores uma melhor compreensão sobre a neurodiversidade e estratégias eficazes para lidar com diferentes necessidades, enriquecendo o ambiente educacional (Silva, 2019). A mediação do atendente terapêutico promove uma maior interação entre o aluno neurodiverso e seus colegas, fortalecendo laços sociais e combatendo o isolamento (Koster et al., 2018).

Para que o atendente terapêutico desempenhe adequadamente suas funções, é crucial que ele receba uma formação específica que aborde tanto aspectos teóricos quanto práticos da neurodiversidade e das intervenções terapêuticas (Oliveira & Santana, 2018). A formação contínua é igualmente importante, permitindo que o profissional se mantenha atualizado com as novas práticas e pesquisas na área (Hakala, 2017). Neste sentido, a formação de um atendente terapêutico geralmente inclui cursos de nível superior em áreas como pedagogia e psicologia, além de cursos técnicos complementados por especializações em educação inclusiva e neurodiversidade (Freitas & Monteiro, 2019). Além disso, é importante que o profissional realize treinamento prático, como estágios supervisionados e experiências práticas, essenciais para que o atendente terapêutico desenvolva as habilidades necessárias para trabalhar eficazmente com alunos neurodiversos (Martins & Silva, 2021). Workshops, cursos de atualização e participação em conferências são fundamentais para que os atendentes terapêuticos se mantenham informados sobre novas abordagens e técnicas (Souza & Almeida, 2020).

A efetiva inclusão dos atendentes terapêuticos nas escolas requer o suporte de políticas públicas que incentivem e financiem programas de formação e contratação desses profissionais. Além disso, as instituições escolares devem adotar políticas internas que promovam a inclusão, como a criação de equipes multidisciplinares e a oferta de recursos adequados para a adaptação do ambiente escolar (Santos & Oliveira, 2019).

Em diversos países, programas bem-sucedidos de educação inclusiva destacam-se pela integração de atendentes terapêuticos. Na Finlândia, conhecida por seu sistema educacional inclusivo, investe-se na formação contínua de professores e atendentes terapêuticos, promovendo a colaboração entre esses profissionais para criar um ambiente educacional inclusivo e adaptado às necessidades de cada aluno (Hakala, 2017). No Canadá, em algumas

províncias, programas específicos para a formação de atendentes terapêuticos são financiados pelo governo, assegurando que as escolas tenham acesso a profissionais qualificados para atender alunos neurodiversos (Koster et al., 2018). No Brasil, políticas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva têm avançado na inclusão escolar, prevendo a presença de profissionais de apoio, incluindo atendentes terapêuticos, nas escolas públicas (Brasil, 2018), pois acredita-se, atualmente, que esses profissionais são essenciais para construção de um ambiente educacional inclusivo e acessível, auxiliando sobretudo, na garantia que todos os alunos possam aprender e desenvolver suas capacidades ao máximo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O papel do atendente terapêutico escolar é essencial para o desenvolvimento acadêmico e socioemocional de alunos com necessidades especiais, promovendo sua inclusão no ambiente escolar. Este profissional desempenha funções diversificadas, incluindo assistência individualizada, mediação entre alunos e professores, monitoramento e intervenção comportamental, e colaboração multidisciplinar. Tais funções tornam sua atuação ampla e multifacetada, trazendo benefícios significativos, como a melhoria do desempenho acadêmico, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a promoção da inclusão social dos alunos neurodivergentes.

A formação teórica e prática, aliada à capacitação contínua, é crucial para que os atendentes terapêuticos desempenhem suas funções de maneira eficaz. A literatura destaca a importância de uma formação que aborde tanto aspectos teóricos quanto práticos da neurodiversidade e das intervenções terapêuticas (Pereira & Martins, 2017). Além disso, o treinamento prático, como estágios supervisionados, é essencial para que o atendente terapêutico desenvolva as habilidades necessárias para trabalhar eficazmente com alunos neurodiversos (Dias & Nascimento, 2018).

Os benefícios da presença do atendente terapêutico na escola são amplamente reconhecidos. A assistência individualizada contribui para a melhoria do desempenho acadêmico, adaptando as estratégias de ensino às necessidades dos alunos, o que torna o aprendizado mais acessível e eficaz (Mendes et al., 2021). Além disso, o suporte constante do atendente terapêutico auxilia no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, essenciais para a integração dos alunos no ambiente escolar (Costa & Ribeiro, 2020). Outro benefício significativo é a capacitação dos professores.



A colaboração com o atendente terapêutico oferece aos educadores uma melhor compreensão sobre a neurodiversidade e estratégias eficazes para lidar com diferentes necessidades, enriquecendo o ambiente educacional (Fernandes & Souza, 2018). A mediação do atendente terapêutico também promove uma maior interação entre alunos neurodivergentes e seus colegas, fortalecendo laços sociais e combatendo o isolamento (Gomes & Santos, 2019).

A efetiva inclusão dos atendentes terapêuticos nas escolas depende do suporte de políticas públicas que incentivem e financiem programas de formação e contratação desses profissionais. As instituições escolares também devem adotar políticas internas que promovam a inclusão, como a criação de equipes multidisciplinares e a oferta de recursos adequados para a adaptação do ambiente escolar (Santos & Oliveira, 2019). Exemplos de sucesso em educação inclusiva, como na Finlândia e no Canadá, demonstram a importância do investimento contínuo na formação de professores e atendentes terapêuticos e na colaboração entre esses profissionais para criar um ambiente educacional inclusivo e adaptado às necessidades de cada aluno (Hakala, 2017; Koster et al., 2018). No Brasil, políticas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva têm avançado na inclusão escolar, prevendo a presença de profissionais de apoio, incluindo atendentes terapêuticos, nas escolas públicas (Brasil, 2018).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A revisão da literatura e os resultados empíricos indicam a necessidade de novas pesquisas no campo da educação inclusiva e no ensino-aprendizado de alunos neurodivergentes. Estudos futuros devem focar na eficácia das intervenções específicas realizadas pelos atendentes terapêuticos, identificar os componentes mais cruciais da formação profissional e explorar como a formação contínua pode ser aprimorada (Martins & Silva, 2021). Além disso, é importante investigar como diferentes políticas públicas de educação inclusiva afetam a presença e a eficácia dos atendentes terapêuticos nas escolas. O uso de tecnologias assistivas e outras inovações também merece atenção, pois pode melhorar significativamente os resultados dos alunos (Souza & Almeida, 2020). Pesquisas que considerem a diversidade cultural e contextual das escolas são essenciais para entender como as práticas inclusivas podem ser adaptadas para diferentes realidades (Freitas & Monteiro, 2019).

A aplicação empírica desse papel na comunidade científica pode trazer insights valiosos para melhorar as práticas educacionais e políticas públicas. Neste sentido, a discussão e a



investigação contínuas nesse campo são essenciais para avançar a educação inclusiva e garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento.

Em conclusão, o papel do atendente terapêutico escolar é vital para promover um ambiente inclusivo e adaptado, que favoreça o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos neurodivergentes.

## REFERÊNCIAS

Barros, A. L., & Almeida, M. E. (2020). Intervenção terapêutica no contexto escolar: práticas e desafios. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 26(1), 45-60.

Brasil. (2018). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Ministério da Educação**.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacional para Educação Especial na Educação Básica. Secretária da Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

Costa, F. R., & Ribeiro, L. S. (2020). O papel do atendimento terapêutico na inclusão escolar de alunos com autismo. **Educação e Pesquisa**, 46, e221091.

Dias, R. T., & Nascimento, S. A. (2018). Formação de atendentes terapêuticos: teoria e prática. **Psicologia em Estudo**, 23, 45-58.

Fernandes, J. P., & Souza, D. M. (2018). Inclusão e neurodiversidade: desafios e possibilidades na prática docente. **Revista de Educação Inclusiva**, 12(3), 25-40.

Freitas, M. C., & Monteiro, T. A. (2019). Práticas inclusivas e diversidade cultural nas escolas brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, 49(172), 123-141.

Gomes, A. F., & Santos, L. M. (2019). Mediação escolar e inclusão: o papel do atendente terapêutico. **Revista Educação Especial**, 32(4), 231-245.

Hakala, K. (2017). Inclusive education in Finland: Policy and practice. **Nordic Journal of Educational Policy**, 3(1), 1-13.

Koster, M., Pijl, S. J., Nakken, H., & van Houten, E. (2018). The social position and development of pupils with SEN in mainstream primary schools. **European Journal of Special Needs Education**, 24(1), 19-29.

\_\_\_\_Lei n. 9.394, de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Base. <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/diretrizes.pdf>

Martins, E. A., & Silva, T. R. (2021). Desafios e perspectivas na formação contínua de atendentes terapêuticos. **Revista Brasileira de Educação**, 26, e260011.

Mendes, D. G., et al. (2021). Impacto do atendimento terapêutico no desempenho acadêmico de alunos com TDAH. **Psicologia Escolar e Educacional**, 25, e234561.

Oliveira, M. S., & Santana, V. M. (2018). O papel do atendente terapêutico na inclusão escolar: uma revisão sistemática. **Revista Psicologia em Foco**, 10(2), 111-128.

Pereira, A. C., & Martins, L. A. (2017). Formação e capacitação de atendentes terapêuticos: um estudo exploratório. **Psicologia: Teoria e Prática**, 19(3), 74-89.

Rodrigues, A. F., & Lima, J. P. (2020). Capacitação contínua de profissionais de apoio escolar: desafios e perspectivas. **Revista de Educação**, 25(2), 45-60.

Santos, E. M., & Oliveira, R. T. (2019). Políticas públicas e inclusão: o papel dos atendentes terapêuticos. **Cadernos de Educação Especial**, 25(2), 89-102.

Silva, A. R. (2019). Comunicação e inclusão: estratégias para o sucesso escolar. **Revista Comunicação e Educação**, 21(2), 85-98.

Souza, M. C., & Almeida, D. L. (2020). Tecnologias assistivas e inclusão escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Tecnologia Educacional**, 15(1), 33-47.